Uma Política Científica para as Ciências Sociais?

Simon Schwartzman

Trabalho preparado para o Simpósio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, "Por uma política científica para a área de ciências sociais," Teresópolis, 19 a 21 de agosto de 1988.

1. O Paradoxo da política científica

Um paradoxo importante, e que deve presidir qualquer discussão sobre uma política científica para as ciências sociais (ou para quaisquer outras áreas de conhecimento) é que os países que mais tratam de definir políticas para as ciências são os que pior ciência têm, enquanto que os países que têm uma atividade científica mais desenvolvida geralmente não gostam muito da expressão, e de suas conotações.

Em parte, este paradoxo se explica pelo fato de que os países que já contam com sistemas científicos bem constituídos não sentem falta de uma política global para o setor, enquanto que os que não os tem não conseguem organizá-los com facilidade. Mas é fato, também, que as experiências de definição de grandes estratégias de política científica e tecnológica, globais ou setorizadas, apresentam mais fracassos do que sucessos. No caso brasileiro, há muitas dúvidas sobre se a transformação do antigo CNPq em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a edição de sucessivos planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico, e a própria criação do Ministério de Ciência e Tecnologia -- todas estas ações buscando permitir o estabelecimento de políticas globais e setoriais de ciência e tecnologia -- tiveram resultados efetivamente satisfatórios, se comparados com o que poderia ter sido conseguido se os mesmos recursos tivessem sido aplicados em pesquisa sem a parafernália burocrática e institucional que os acompanhou. O mesmo fracasso se verifica em políticas parciais: o programa nuclear e a política de informática (pelo menos no âmbito científico e de geração de tecnologia própria) são os exemplos mais óbvios, que poderiam ser multiplicados mediante um exame mais detalhado de outros casos.

Estas dificuldades poderiam ser explicadas, quem sabe, pelas circunstâncias históricas em que estas políticas foram tentadas, o que não invalidaria, em si, a idéia de uma política científica e tecnológica enquanto tal. Existem dois problemas com esta linha de raciocínio. O primeiro é que estas circunstâncias são, afinal, aquelas com as quais temos que conviver, e não serviria para nada termos em mãos uma forma de atuação pública que só servisse para outros contextos e países. O outro problema é que existem suficientes exemplos de países desenvolvidos que trataram de implementar políticas setoriais de grande

impacto e também fracassaram. Basta lembrar, por exemplo, da "guerra contra o câncer" o programa de fontes alternativas de energia e o próprio programa espacial nos Estados Unidos, ou da política de auto-suficiência em informática da França, para citar os casos mais conhecidos, que até dispensam a referência ao *affair* Lisenko na União Soviética.

O que parece haver de fundamentalmente problemático, nestas experiências frustradas de estabelecimento de políticas científicas, é a tentativa de submeter o crescimento do conhecimento a critérios e demandas que lhes são externas, e que não tomam em conta a maneira pela qual a atividade científica e intelectual se organiza e funciona. Por mais dinheiro que se invista na guerra contra o câncer, por exemplo, pouco será possível sem aguardar, como ainda aguardamos, que os desenvolvimentos da biologia celular e da imunologia nos permitam entender melhor os processos biológicos envolvidos. No caso das ciências sociais, a situação torna-se ainda mais grave pelo fato de que o próprio status científico destas disciplinas freqüentemente não é reconhecido. Como diz um estudioso destas questões,

> "Underlying many of these policies has been a simplistic belief that well-defined pieces of knowledge can be straightforwardly requested and subsequently fed into a streamlined planning machinery. A large number of studies of processes of knowledge utilization have made it abundantly clear that this conception presents at best an oversimplified and distorted figure"[1]

2. Como crescem as ciências?

A resposta a estes problemas não é uma volta pura e simples à noção da pesquisa científica como um puro mercado de idéias e um espaço para o desenvolvimento autônomo do saber desencarnado. O que se pretende assinalar, ao questionar as ambições exageradas da política científica, é a tendência a substituir o simplismo da ciência livre, que funcionou durante muito tempo pelo menos como ideologia de justificação da liberdade e autonomia da vida acadêmica, pelo simplismo do planejamento e da sobredeterminação política e econômica do trabalho científico, que serve de ideologia para as tecnocracias contemporâneas.

Na realidade, as ciências não crescem nem de uma maneira nem de outra, mas das duas ao mesmo tempo. O desenvolvimento do conhecimento científico se dá por uma negociação contínua entre pessoas de carne e osso sobre critérios de

[1]Bjõrn Wittrock, "Useful Science and Science Openness", em M. Gibbons e B. Wittrock, eds., *Science as a Commodity -- Threats to the Open Community of Scholars*, Essex: Longman, 1985, p. 163. Ver também B. Wittrock, "Social Knowledge, Public Policy and Social Betterment: a review of current research on knowledge utilization in policy-making", *European Journal of Political Research* 10, 1, 83-89; e T. Hausén e M. Kogan, eds., *Educational Research and Policy: How do they relate?*, Oxford, Pergamon Press, 1984.

relevância, critérios de prova e de verdade, recursos financeiros e autoridade de decidir quem deve ou pode fazer o quê. O equívoco de muitas das tentativas de pensar a ciência a partir da política, ou de conduzí-la por decisões políticas externas, é não entender que a política se exerce *no interior* na própria atividade científica, durante sua própria elaboração, de forma inseparável do processo de construção das tradições de trabalho, práticas empíricas e consolidação de resultados, e não por cima, por fora ou em substituição a estes processos.

Além destes processos por assim dizer "internos" ao campo científico existe também, continuamente, um processo de negociação política entre as comunidades científicas que se constituem e o ambiente externo que lhes dá suporte. Os cientistas negociam por dinheiro, autonomia, liberdade e não interferência, e prometem em troca feitos tecnológicos, saúde, poder, riqueza. Muitas vezes é uma negociação de má fé, os políticos apoiando os cientistas pelo prestígio, os cientistas prometendo coisas que sabem que não podem dar. Muitas vezes os participantes acreditam nas próprias mentiras, ou nas próprias ilusões. Em outros casos, no entanto, é uma negociação legítima, em que cada parte oferece aquilo que realmente tem, e recebe, pelo menos em parte, algo do que precisa. Estes dois níveis, para complicar ainda mais as coisas, estão longe de ser estanques. A respeitabilidade, o prestígio e a autonomia das comunidades científicas depende em grande parte, paradoxalmente, de sua capacidade de manter sua integridade como campo intelectual, ou seja, sua capacidade em manter os processos internos de decisão protegidos da interferência externa. Existe, no entanto, uma constante influência externa na alocação de recursos, no estabelecimento de prioridades, na seleção de temas de pesquisa, que a todo tempo afeta e coloca em risco esta integridade. Uma boa parte da negociação política entre as comunidades científicas e o meio externo,e das negociações dentro das comunidades, é gasta no esforço de preservação de suas fronteiras.

3. Uma política científica para as ciências sociais.

Esta discussão nos ajuda a pensar melhor a questão de uma política científica para as ciências sociais. Quais são as questões políticas internas mais prementes? Quais as negociações externas mais necessárias? Como se dá o relacionamento, e as tensões, entre os dois níveis?

Uma das diferenças marcantes das ciências sociais, em relação às ciências naturais, é que elas não possuem uma organicidade interna dada por tradições de trabalho intelectual compartidas (não falemos em paradigmas), e estão submetidas, todo o tempo, ao assédio externo, que consolida ainda mais sua desintegração. É impossível, para dizer as coisas como elas são, fazer um debate adequado sobre um tema qualquer em um simpósio acadêmico, quando os resultados do debate são aferidos pelo que os jornalistas de *Veja* ou da *Folha de São Paulo* conseguiram ou quizeram entender, ou acham que seus leitores querem ler. É impossível disputar efetivamente recursos para pesquisa junto a agências

financiadoras na base da competência acumulada, quando elas decidem em função da sua agenda política mais recente. É impossível montar bons cursos quando o principal critério de qualidade é a popularidade entre os alunos.1

Essa alta permeabilidade e penetrabilidade das ciências sociais, no Brasil e em outros países, pelo mundo externo, se prende ao fato de que os cientistas sociais são, no nosso meio, muito mais uma *intelligentsia,* e por isto mais próximos dos artistas e dos literatos, do que uma comunidade científica enquanto tal, mais parecida, por isto, com os biólogos ou matemáticos. Existem razões para isto, sobre as quais não cabe entrar aqui. Não acredito que esta situação, em si, seja negativa, já que ela dá ao cientista social a possibilidade de um impacto e uma repercussão para as suas idéias que outras disciplinas dificilmente têm. Mas ela traz, também, uma série de riscos, o maior dos quais, me parece, é estabelecer hierarquias de valores e prestígio muito mais baseadas na capacidade de seguir a moda e capturar a boa vontade da imprensa ou dos políticos do que em qualquer outra coisa. Dou a seguir, como ilustração, dois exemplos de políticas que poderiam ajudar a reverter esta situação.

Penso que a principal maneira de reduzir estes efeitos negativos das invasões externas -- e esta seria minha primeira recomendação de política científica para a área -- é a de garantir um espaço protegido para as ciências sociais, na forma de revistas, cursos, reuniões e sistemas competitivos de financiamento que sejam, predominantemente, internos ao campo das ciências sociais enquanto tal. A ANPOCS tem desempenhado muito deste papel desde sua criação, e acho que isto deveria ser acentuado e incentivado, buscando, por exemplo, introduzir critérios efetivamente acadêmicos na organização de suas reuniões anuais.

Uma segunda recomendação se refere à provincianização das ciências sociais brasileiras, que parece ter se acentuado nos últimos anos, de forma direta ao aumento de sua visibilidade. Afora círculos muito restritos, autores e temas de outros países são evitados, ou mal vistos; visitantes estrangeiros não são recebidos como colegas, mas como luminares a serem expostos aos refletores. Esta provincianização tem um lado positivo, que é fazer com que o cientista social olhe sua realidade com olhos próprios, e busque aumentar a relevância de seu trabalho. Mas ela impede, por exemplo, que nossos cientistas sociais procurem entender também o que ocorre em outras partes do mundo, e seu trabalho engajado com o nacional termina sendo freqüentemente uma versão piorada do que os brazilianistas fazem melhor.

Recomendações como estas são políticas, porque elas requerem um esforço deliberado de vencer resistências, redirecionar recursos, alterar critérios de prestígio e autoridade acadêmica, e assim por diante. Se bem sucedidas, elas servirão para aumentar a autonomia e a independência do campo científico das ciências sociais em relação ao mundo externo, e, desta maneira, poderão reforçar

sua capacidade de atender de forma eficaz, quando for possível, ou pelo menos mais honesta, as demandas e as expectativas que a sociedade tem em relação ao que as ciências sociais podem ou não fazer.

Uma outra maneira de pensar uma política científica para as ciências sociais, tendo agora como referência o lado externo, seria a de tratar de "vender" à sociedade ou ao governo áreas de pesquisa sobre assuntos palpitantes, como a violência, a pobreza urbana, a condição da mulher, a educação básica, o problema do negro, o menor abandonado, ou a fome no Nordeste. Temas como estes recebem financiamento com relativa facilidade, e são de importância óbvia; mas com igual facilidade, como sabemos, resultam em quase nada, criando distorções institucionais, inversões de valores e levando a pesquisa social ao descrédito.

Acredito que as ciências sociais brasileiras poderiam se beneficiar de alguns projetos organizados ao redor de temas como estes, que pudessem gerar conhecimentos, competências, linhas de trabalho, intercâmbio de experiências e conhecimentos com outros países, e assim por diante. Seria bom para o país, e seria bom para as ciências sociais. A condição para que isto seja feito de maneira adequada é que a probidade técnica e científica dos trabalhos seja assegurada e garantida desde o início. Mas nossa discussão até aqui já deixou claro que esta "probidade técnica" não é algo que exista de forma clara e identificável, mas é o resultado de um processo complexo de disputa no interior na própria comunidade científica.

O que conduz à conclusão final, e central, deste trabalho: não é possível propor, para fora, uma política adequada para as ciências sociais sem que tomemos consciência e resolvamos enfrentar, ao mesmo tempo, os problemas de política científica que existem no interior de nosso próprio campo de conhecimento.